

*O novo reforço na produção agroflorestal
de Domingos Mariano e Ivanilde*

Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA

Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Anny da Silva Linhares
Ronaldo Carneiro de Sousa
Luiz Antônio Gusmão



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim
Volume 1

**O novo reforço na
produção agroflorestal de
Domingos Mariano e Ivanilde**

Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA

*Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Anny da Silva Linhares
Ronaldo Carneiro de Sousa
Luiz Antônio Gusmão*

Embrapa
Brasília, DF
2020

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W5 Norte (final)
70770-917 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4700
Fax: (61) 3340-3624
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Embrapa Amazônia Oriental

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n°
Caixa postal 48
66095-903 Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845

Unidade responsável pelo conteúdo

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações
Presidente
Marília Lobo Burle

Secretária-executiva
Ana Flávia do N. Dias Côrtes

Membros
Antonietta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dusi; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Ingliš; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa

Editores técnicos da coleção
Roberto Porro
Anderson Cássio Sevilha

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (final)
70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4236
Fax: (61) 3448-2494
www.embrapa.br

Unidade responsável pela edição

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial
Alexandre de Oliveira Barcellos
Heloiza Dias da Silva
Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial
Waldir Aparecido Marouelli

Revisão de texto
Maria Cristina Ramos Jubé
Lara Aliano Farias da Silva Pereira

Normalização bibliográfica
Ana Flávia do N. Dias Côrtes
Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)

Projeto gráfico e ilustrações
Sílvia Moan

Diagramação e arte-final da capa
Leandro Sousa Fazio

1ª edição

1ª impressão (2020): 500 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde : Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA / Roberto Porro ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020.
56 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 1)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-94-5 (v. 1)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Linhares, Anny da Silva. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Gusmão, Luiz Antônio. VI. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VII. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5

Autores

Roberto Porro

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Aline Souza Nascimento

Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Anny da Silva Linhares

Turismóloga, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, coordenadora da Comissão de Territórios Tradicionais do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, São Luís, MA

Ronaldo Carneiro de Sousa

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA

Luiz Antônio Gusmão

Engenheiro-agrônomo, mestre em Agroecologia, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA







Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.





Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades no projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

Maria Cléria Valadares-Inglis
Chefe-Geral da Embrapa Recursos
Genéticos e Biotecnologia





Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou




uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.




Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas no estabelecimento rural da família de Domingos Sousa Mariano e Maria Ivanilde, na comunidade quilombola São Bento do Juvenal, município de Peritoró, MA. A família se destaca pela restauração de áreas degradadas, por meio do reflorestamento, de sistemas agroflorestais e de cultivos perenes diversificados para conservação ambiental, com aumento da biodiversidade.

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

Raimundo Ermino Neto
Coordenador-Geral da Associação em
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





Sumário

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **19**

Recuperando o
igarapé Gameleira **27**

Meios de vida **33**

Lições aprendidas **43**

Referências **45**



Seu Mariano e dona Ivanilde com a filha Ivanessa e o neto Ícaro.



Breve trajetória

O lavrador maranhense Domingos Sousa Mariano identifica-se como quilombola e é casado com Maria Ivanilde Correia Ramos, natural do estado do Pará. O casal se conheceu no período em que seu Mariano garimpava nas proximidades de Marataúna, município de Viseu. Partindo do nordeste paraense, percorreram outros lugares até chegar ao estado do Maranhão, onde moram há 22 anos, precisamente na comunidade de São Bento do Juvenal, localizada a 3 km da BR-316 a partir do Km 441, e a 14 km da sede do município de Peritoró.



Segundo relatos, a comunidade foi fundada pelo casal Simão Pará e Maria Vitória, bisavós de Domingos Mariano. Maria Vitória teria sido escravizada durante sua juventude, assim como Simão Pará, que teria fugido de um cativo no município de Caxias na época da Revolta da Balaiada, ocorrida entre 1838 e 1841, e liderada por trabalhadores livres, vaqueiros, sertanejos, mestiços e escravos, que se posicionaram contra o regime do Brasil Imperial, que não lhes conferia o direito à cidadania nem o acesso à propriedade privada.

As dez famílias que formam a comunidade se organizam por meio da Associação Comunitária Rural



Maria Vitória Remanescente de Quilombolas de São Bento do Juvenal, fundada no ano de 1996. Apesar de a comunidade se identificar como quilombola desde 2006, ela ainda não foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP). A apresentação do histórico da comunidade estava pendente para iniciar o processo de certificação, o que recentemente foi providenciado pela associação. Nesses termos, a comunidade também não passou por um processo de regularização fundiária. Como as terras são de herança, a elaboração de um inventário do espólio dividirá oficialmente as terras entre seus membros, o que, na prática, resulta que cada família da comunidade terá sua posse individual.

Segundo seu Mariano, o desejo de retornar para a comunidade esteve vinculado às suas experiências “de estar morando nos lugares e as casas muito atrepadas com crianças” e às tensões por

O Decreto nº 4.887/2003 regulamenta a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O art. 3º, § 4º, desse decreto define que a Fundação Cultural Palmares é a responsável por emitir a certidão de autodefinição das comunidades quilombolas. A partir da certificação, as comunidades buscam acessar direitos, dentre os quais o acesso à terra.

No Maranhão, a titulação dos territórios quilombolas está prevista na Constituição Estadual art. 229/1989, na Lei Estadual nº 9.169/2010 e no Decreto Estadual nº 32.433/2016.

Fonte: Brasil (2003), Maranhão (1989, 2010, 2016).

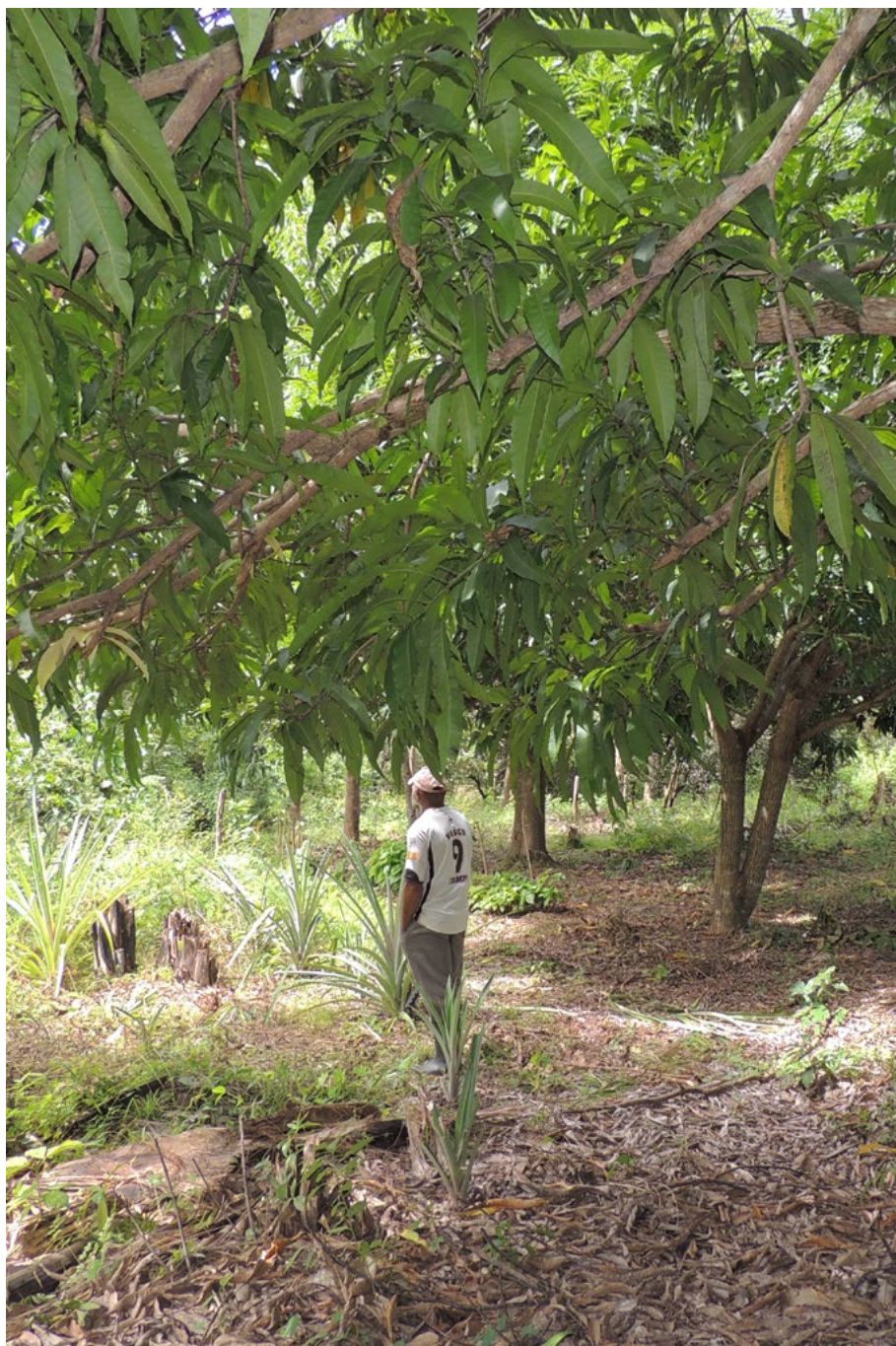


Foto: Roberto Porro

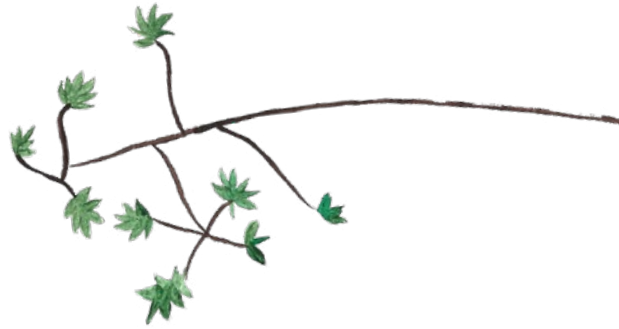
Seu Mariano em seu pomar, na área de mangueiras e produção de mudas.

vezes geradas nessa forma de convívio, bem como à necessidade de desenvolver práticas cotidianas de manutenção e reprodução do modo de vida característico das comunidades quilombolas. Em geral, essas comunidades possuem formas específicas de lidar e conceber a terra e seus recursos, especialmente enquanto patrimônio coletivo.

Além da associação comunitária, a família é ligada à Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq) e à Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

Atualmente, o casal mora com sua filha mais nova, Ivanessa Ramos Mariano, e o neto Ícaro. A jovem está cursando Agronomia pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Assim, as práticas desenvolvidas na terra da família também expressam o sonho da jovem por uma vida digna no campo, caracterizada pelo manejo racional dos recursos naturais.



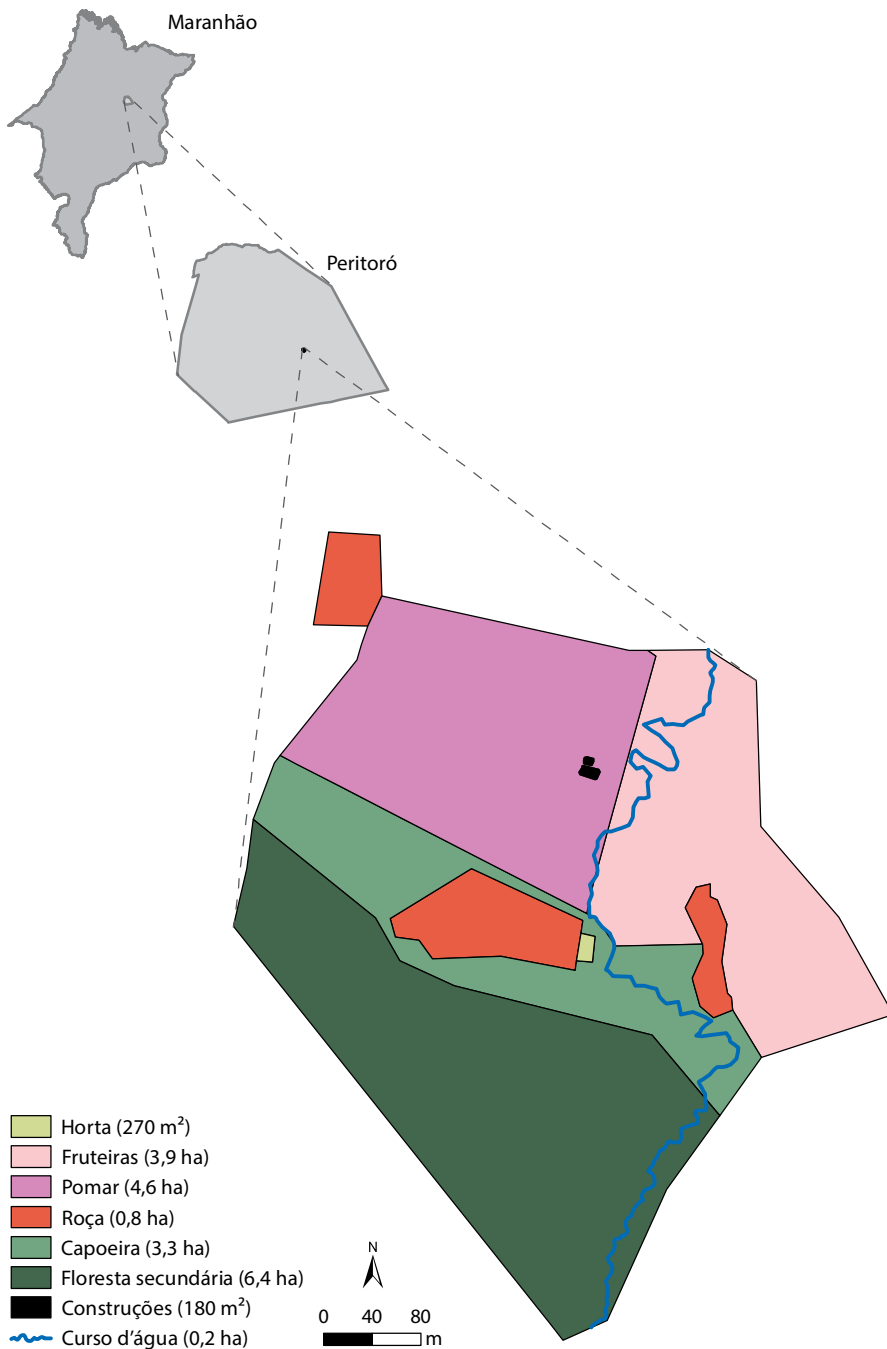


Estabelecimento familiar

O mapa apresentado na página a seguir indica a localização do estabelecimento da família Mariano e da Comunidade Quilombola de São Bento do Juvenal, no município de Peritoró. A área na qual a família desenvolve suas atividades totaliza 20 ha (hectares), manejados com diversas espécies frutíferas em associação com a criação de pequenos animais (suínos e aves), roçado de arroz, mandioca e milho. Um igarapé conhecido por Gameleira atravessa o estabelecimento.

Cerca de metade da área consiste de uma reserva florestal (6,4 ha) e capoeira (3,3 ha). Em cerca de 8,5 ha, a família estabelece um sistema agroflorestal em que diversas frutíferas são consorciadas com espécies madeireiras. No croqui da página seguinte, essa área está designada como pomar e fruteiras. As sementes utilizadas na formação dos sistemas agroflorestais (SAFs) foram coletadas pela própria família ou adquiridas nas andanças do seu Mariano, como as de maracujá e de chicória, trazidas de Manaus; enquanto outras foram trazidas do Pará por dona Ivanilde.

Também produziram e doaram mudas de algumas espécies frutíferas para moradores da comunidade e para



Localização e croqui do estabelecimento familiar

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

parentes, motivados pelo desejo de ensiná-los a trabalhar com espécies arbóreas e recuperar áreas degradadas.

A família não utiliza agrotóxicos na produção por reconhecer os danos causados por eles e perceber as alterações que provocam no sabor dos alimentos. Seu Mariano afirma que certa vez utilizou agrotóxico numa pequena área cultivada com arroz, “mesmo as mulheres brigando eu botei para matar o mato”, porém “quando fui comer eu senti... O arroz não tava o sabor de quando ele é natural”.



Foto: Roberto Poirio

Fruto de cupuaçu no pomar da família.



Roça de arroz de seu Domingos em fase de pré-colheita.

O desejo da família é ampliar o sistema agroflorestal, plantar 3 ha de cajueiros consorciado com abacaxi e espécies madeireiras. Entre as frutíferas no local, encontram-se abacateiro, aceroleira, goiabeira, cajueiro, cajazeira, jaqueira, cupuaçuzeiro, limoeiro, laranjeira, limeira, tangerineira, açazeiro, coqueiro, pupunheira, buritizeiro, bacurizeiro, tamarindeiro, cafeeiro e bananeira.

A vasta quantidade de espécies contribui para que nunca fiquem sem renda, pois quando acaba a safra de um fruto está começando a produção de outro, e esse é um dos benefícios do sistema agroflorestal. Desse modo, “quando chega no meio do açai entra a manga e caju, julho entra laranja, tangerina e limão”, relatam Ivanessa e seu Mariano.

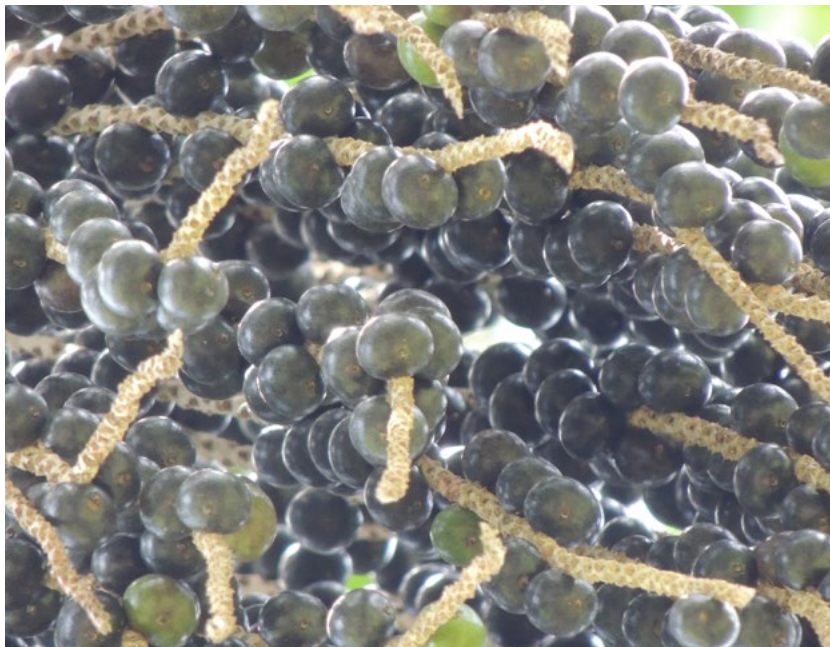


Foto: Roberto Pairo

Cacho de açai do pomar da família.



Seu Mariano trabalha na limpeza do bananal.



Foto: Roberto Piro

Frutos de buriti do pomar da família.

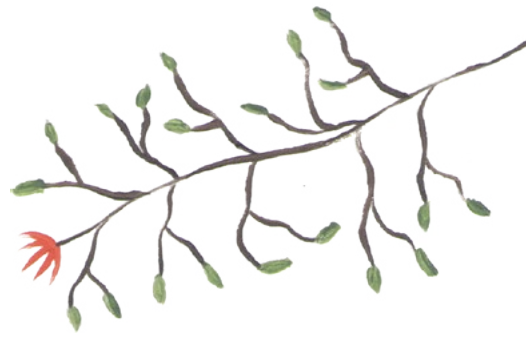
Além disso, quando se investe na produção de frutas, diminuem os focos de queimadas, porque nas áreas cultivadas com espécies perenes não se usa fogo, contribuindo, assim, para a ampliação do banco de sementes de espécies arbóreas que se tornaram restritas em razão da prática de corte e queima, tradicionalmente desenvolvida por agricultores no Maranhão.

Nessa perspectiva, a iniciativa agroflorestal desenvolvida pela família constitui uma alternativa de geração de renda e conservação ambiental.

A área da família, contudo, tem sido, com frequência, atingida por fogo, em decorrência da prática de terceiros, fato que ocorreu nos anos 2000, 2004, 2009, 2012, 2015 e 2017, o que afetou parte do sistema de produção, além dos experimentos acadêmicos de feijão-guandu e caupi, realizados por Ivanessa. Por essa razão, alguns plantios estão sendo reiniciados.

O controle da vegetação espontânea é realizado por ela, uma vez que seu Mariano ainda não aprendeu a trabalhar com a roçadeira. Durante esse processo, Ivanessa seleciona as plantas que deseja conservar e distribui a biomassa ou a palhada na área, produzindo uma cobertura morta para proteger o solo do sol e do vento e, com isso, contribuir na retenção da umidade e aumentar a atividade biológica, responsável pela ciclagem de nutrientes. De acordo com ela, no início as atividades eram realizadas com foice e “foi brabo amansar com foice porque tinha muito mato entrançado e estragava o cupuaçu porque o mato fechava por não ter condição de entrar”.





Recuperando o igarapé Gameleira

De acordo com seu Mariano, quando a família iniciou o trabalho na área, o igarapé que atravessa seu estabelecimento ficava seco na maior parte do ano. A partir do reflorestamento das margens do curso d'água e da construção de pequenas barragens, a família consegue ter água para consumo o ano todo. É certo que a recuperação do igarapé Gameleira foi acontecendo gradualmente, especialmente após os anos 2000, quando a família começou a reflorestar suas margens com espécies arbóreas, como andiroba, pitomba, embaúba, ingá-cipó, ingá-nativa, jenipapo, ipê-amarelo, cajá, jamelão e amora, além de frutíferas como goiabeira, mangueira, muricizeiro e jaqueira. Bananeira, coqueiro, açazeiro, buritizeiro e cupuaçuzeiro também foram plantados ao longo do curso do igarapé.

O igarapé Gameleira, contudo, tende a secar nos últimos 3 meses do ano, contexto em que a família realiza uma espécie de contenção da água em vários trechos de seu curso. Para represar a água do igarapé, são usados talos de babaçu verde, palhas de babaçu e sacos de ráfia cheios de terra. A água continua a passar, mas de forma mais lenta.



Igarapé Gameleira em área recuperada com plantio de açazeiro.

Essas contenções são implantadas no período de estiagem, pois, durante o período das chuvas (de janeiro a maio), os peixes circulam livremente ao longo do igarapé.

Espécies de peixes que aparecem no igarapé são lambari (piaba), traíra, inhu, mandi, bodó, curimatá, piau-coco, cará, muçum, lampreia, João-duro e sabão. Destaca-se que a água do igarapé é fundamental para a família durante todo o ano. Durante o período de estiagem, percebe-se um cinturão verde que serpenteia a propriedade, mantendo a umidade propícia para as espécies vegetais já mencionadas.

Vale ressaltar que, no estabelecimento e no entorno, ainda há uma considerável diversidade de animais silvestres.



Foto: Ronaldo Carneiro de Sousa

Contenção de água no igarapé realizada pela família no período seco.



Igarapé Gameleira na propriedade da família.

É comum a presença de veado-mateiro, tatu, peba, paca, cutia, guaxinim, tamanduá-mirim, cuandu, raposa e muitas aves como jacutinga, aracoão, galinha-d'água, inhambu, juriti, papagaio, jandaia. Com a recuperação do igarapé, o ambiente fica bem equilibrado com a presença e permanência dessa diversidade animal, e são gerados benefícios para a família e outros moradores localizados nas proximidades.

No estabelecimento, também encontram-se espécies como a embaúba e o margaridão (ou girassol-mexicano), que são manejadas para aumentar a diversidade e contribuir na ciclagem de nutrientes e no controle biológico. O margaridão produz muitas flores que atraem insetos para compor a teia alimentar do sistema produtivo. Essa é uma das técnicas utilizadas pela família para manter os inimigos naturais dos insetos, considerados pragas das culturas agrícolas.



Foto: Roberto Pano

Plantas de margaridão manejadas pela família.






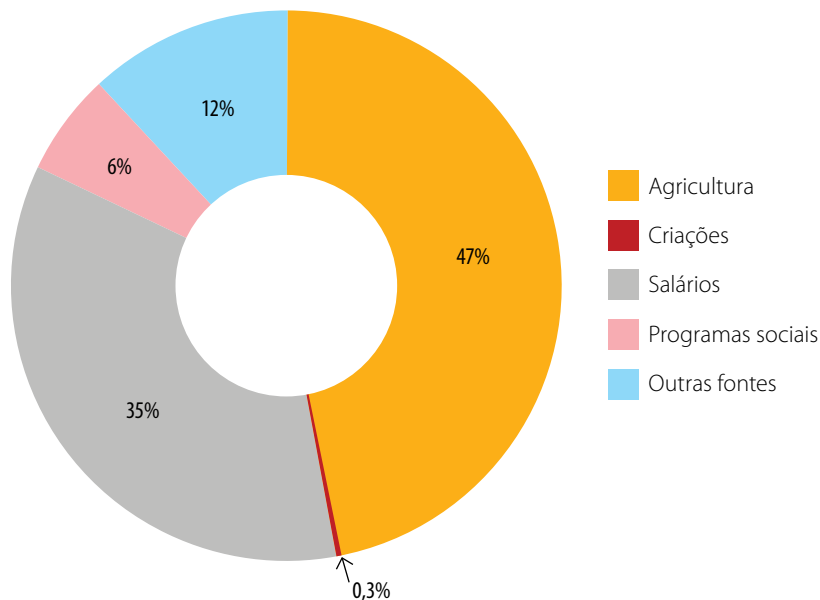
Meios de vida

A principal fonte de renda monetária do domicílio é a agricultura, que representa 47% do valor monetário obtido no ano agrícola de 2016/2017, conforme informações prestadas pela família. Entre os produtos agrícolas, essa renda é obtida, principalmente, pela comercialização em feiras dos frutos in natura e das polpas de frutas. O roçado do arroz é apenas para consumo familiar, porque, de acordo com seu Mariano, o arroz comum não compete com o industrializado/empacotado, pois o custo de produção é maior, e, geralmente, não se obtém o valor gasto em seu cultivo. A produção de mandioca e milho é destinada para alimentação animal, bem como as folhas do feijão-guandu. Mesmo assim, durante o ano agrícola anterior à realização da entrevista, a família produziu 1.800 kg de milho, 700 kg de farinha de mandioca, 280 kg de feijão e 20 kg de fava.

De acordo com Ivanessa, a ideia “é comprar o mínimo possível de coisas industrializadas”.

Em virtude disso, ela orienta seu pai a não derrubar o babaçu, pois o carvão utilizado nos fogareiros e o azeite consumido nas refeições são produzidos por dona Ivanilde a partir das amêndoas extraídas pela jovem.





Fontes de renda monetária.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



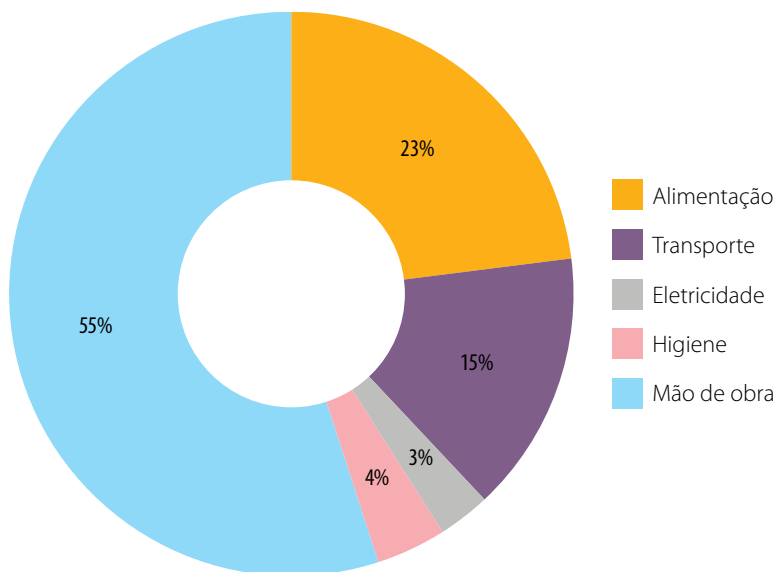
Portanto, mesmo que o extrativismo não tenha contribuído significativamente para a renda monetária da família, sua utilização no consumo doméstico é muito relevante. Por vezes, quando há procura, o azeite também é comercializado pela família.

Apenas uma pequena parte da renda monetária familiar (6%) provém de programas sociais, no caso o Bolsa Família, recebido por Ivanessa. Os salários recebidos pela dona Maria Ivanilde (na época em que trabalhava em regime temporário como professora da rede municipal de ensino) representaram mais de um terço da renda anual.



Com relação às despesas, com base no gráfico seguinte, pode-se constatar que o item com o qual a família despendeu a maior parte de sua renda no mês anterior ao da entrevista, em meados de 2017, foi com a contratação de mão de obra para auxiliar na reforma dos SAFs, representando mais de metade das despesas familiares.


Os gastos com alimentação corresponderam a menos de um quarto das despesas naquele mês, o que reforça a importância da produção agrícola para o consumo familiar. Por fim, observa-se também que as despesas com transporte são relevantes, e, nesse caso, incluem-se tanto os gastos relacionados a viagens para os estudos de Ivanessa, quanto também, e principalmente, para a comercialização da produção familiar, como será visto adiante.



Gastos familiares.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).





É dona Ivanilde a responsável pelo trabalho doméstico. Ela também participa da colheita e do processamento das frutas com Ivanessa, que, por sua vez, assume a gestão da unidade produtiva, a comercialização e também participa de atividades na Assema. Quando a jovem está ausente por causa da etapa do curso, que acontece de forma alternada, dona Ivanilde assume essa tarefa de escoar a produção.

Para escoamento da produção, Ivanessa leva repetidas vezes as frutas em um carro de mão até a rodovia que fica a 3 km do estabelecimento. Em seguida, os produtos são conduzidos até as feiras em outros municípios por meio do transporte disponível no momento, seja ônibus, micro-ônibus ou van. A família possui vários canais para escoamento da produção: feiras de agricultores (realizadas quinzenalmente); feiras tradicionais (que acontecem semanalmente em Peritoró e em outros municípios, como São Mateus e Bacabal); e, por vezes, vendem na capital do estado. Em Bacabal, a venda ocorria geralmente aos sábados, mas a participação na feira desse município foi interrompida, em virtude de o fogo ter atingido parte da propriedade e prejudicado a produção de limão, principal produto ali comercializado.

Há 4 anos, alguns produtos também são comercializados em mercados institucionais, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A família considera mais vantajoso comercializar no âmbito desses programas pelo fato de os preços praticados por atravessadores e alguns consumidores serem inferiores, resultando em uma maior valorização da qualidade dos seus produtos.

A polpa de açaí é, entretanto, comercializada diretamente ao consumidor, e é muito valorizada por se distinguir dos demais produtos ofertados localmente. De acordo com a família, os produtos podem ser consumidos “sem nenhum risco porque está

sem agrotóxico”. Em razão disso, possuem consumidores de Goiânia, São Luís, Teresina e Brasília, que conhecem a qualidade e se dirigem com frequência à propriedade.

O que chama atenção na unidade da família é a participação ativa da jovem Ivanessa em todos os processos, desde a experiência produtiva à comercialização. Ivanessa está totalmente envolvida no universo da produção agroecológica, sobretudo por esse fazer parte de seu cotidiano desde a infância e por estar se profissionalizando na área, o que tem contribuído para que ela desenvolva pontos



Foto: Ronaldo Carneiro de Sousa

Ivanessa e dona Ivanilde em feira de agricultura familiar em Peritoró.



Pnae

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da agricultura familiar poderá ser realizada por meio de chamada pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2018).

PAA

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do governo federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Acessam o programa agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Fonte: Brasil (2018).



de vista diferenciados acerca de suas vivências, ao aliar os conhecimentos científicos apreendidos na academia com os saberes herdados das práticas familiares.

A jovem desafia a visão presente no imaginário social acerca da atuação das mulheres no meio rural e aponta para novas perspectivas. Ivanessa conta com o apoio e a confiança da sua família e de outras pessoas que reconhecem seu potencial. Já ouviu inúmeros discursos condenando sua forma de trabalho por ser considerado pesado ou inapropriado para uma mulher, e, embora isso a incomode, afirma que não vai parar.

A jovem afirma que o amor pela terra e pela natureza que possui foi aprendido por meio do pai, no qual se inspira, e que “não vou conseguir ser feliz de outra forma, fazendo outra coisa, porque não vou sair daqui para viver na cidade, vender minha força de trabalho e não ter qualidade de vida. Para mim isso não importa [...] A minha felicidade é isso aqui”.

Ivanessa e sua família enfrentam algumas dificuldades, como o fogo que “desorganizou tanto [o sistema produtivo] que deixou a gente até desestimulado”, como afirmado por seu Mariano. Boa parte da produção de frutas foi atingida, como o cupuaçu, que teve a produção bastante reduzida.

Além do fogo, um problema na saúde de Ivanessa afetou a comercialização, pois é ela quem geralmente assume essa tarefa. Por essa razão, as vendas em feiras cessaram por certo período, além das colheitas de alguns frutos, pois somente ela consegue colher os cachos de açáí.

Outra limitação reside no processamento, o que afeta a expansão comercial. Apesar de ainda não possuir uma unidade de processamento, a família adquiriu uma despulpadora e um freezer



A jovem Ivanessa Gomes Mariano.

horizontal, que, porém, ainda são insuficientes para armazenar toda a produção. Em razão disso, comercializam também as frutas in natura.

Embora, atualmente, consigam comercializar todo volume de polpa de frutas, se tivessem como aumentar a capacidade de armazenamento teriam que, necessariamente, ampliar a rede de consumidores de seus produtos, pois as lanchonetes e os restaurantes locais não conseguem absorver toda produção.

A meta da família é construir uma unidade de processamento conforme a legislação vigente e recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, assim, obter o selo de



Ivanessa prepara o açai produzido pela família para processamento.



Ivanessa processa o açai na despulpadora da família.

Fotos: Ronaldo Carneiro de Sousa

inspeção de acordo com o raio de transporte do produto, podendo ser em trânsito no município, no estado ou em todo território nacional. No município, a família terá outro problema que é a ausência de pessoas capacitadas para inspeção e operacionalização do selo de inspeção municipal.

Além da produção de frutas em sistema agroflorestal, seu Mariano deseja construir um açude para iniciar uma criação de peixes. Ele inclusive já viajou algumas vezes para trabalhar fora com o intuito de obter recursos financeiros para investir nessa produção. Mas, segundo ele, “quando se sai fora do trilheiro dum lado errado não dá certo”, pois “terminou perdendo dinheiro lá e aqui porque foi quando o fogo entrou”.





Lições aprendidas

As vivências e práticas da família apresentam elementos importantes para refletirmos sobre a conservação ambiental. A princípio, podemos destacar o sentimento do chefe da família em fortalecer suas relações com sua comunidade, com sua identidade e com sua forma de produzir.

A estratégia da diversificação produtiva, especialmente por meio do plantio de frutíferas, destaca-se como um modo de geração de renda e conservação ambiental, o que implica no desenvolvimento de práticas sustentáveis no manejo da produção. Um exemplo é a recuperação de áreas degradadas, com destaque para o igarapé, que apresenta resultados importantes para a manutenção do sistema produtivo e, conseqüentemente, para a segurança e soberania alimentar familiar.

Não podemos deixar de destacar o empenho da jovem mulher Ivanessa no sistema de produção familiar. Nesse processo, a família tem um papel especial ao valorizar, reconhecer, motivar e acompanhar as ações desenvolvidas pela jovem na produção familiar, de modo que ela

aplique os conhecimentos obtidos nos seus estudos combinados com os conhecimentos repassados por seus pais. Essa experiência protagonizada pela jovem é muito importante, especialmente num contexto em que muitos jovens passam a migrar para outras regiões em busca de oportunidades de trabalho, o que, em geral, os afasta da sua cultura raiz, entre outras consequências. Nesse sentido, as práticas e vivências da família nos convidam a refletir sobre a importância da união familiar para a produção sustentável e a conservação do meio ambiente.






Referências

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017. [Pedreiras, MA: Assema], 2018. (Relatório não publicado).

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PAA**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar**. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 ago. 2019.



MARANHÃO (Constituição). **Constituição do Estado do Maranhão**. 1989. Disponível em: <<http://www.igualdaderacial.ma.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Igualdade Racial. **Decreto nº 32.433, de 23 de novembro de 2016**. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, e dá outras providências. 2016. Disponível em: <<http://www.igualdaderacial.ma.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Igualdade Racial. **Lei nº 9.169, de 16 de abril de 2010**. Dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências. 2010. Disponível em: <<http://www.igualdaderacial.ma.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 30 ago. 2019.





Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Inovações na criação de pequenos animais

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

Processamento local de frutas, mandioca e leite

Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo

Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA

Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura

Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA

Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato

Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu

Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA

Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

Contato

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: contato@bemdiverso.org.br

www.bemdiverso.org.br





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

Contato

Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

www.assema.org.br





Impressão e acabamento





Apoio

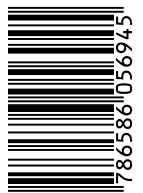


MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISBN 978-65-86056-94-5



9 786586 056945

CGPE 15704